

## O NATURALISMO NO BRASIL SOB SUSPEIÇÃO

Alan Flor (UFPA)

**RESUMO:** O Naturalismo no Brasil foi um estilo literário relegado a um lugar periférico no âmbito da História da literatura brasileira. Enfáticos em seus comentários e muitas vezes sem eufemismos ou cordialidades, os críticos, de modo geral, não pouparam esforços a fim de estigmatizá-lo, pois não perdoaram o modo como os romances escritos à maneira naturalista foram idealizados pelos nossos romancistas brasileiros. A descrição minuciosa das relações sexuais e das cenas de obscenidades entre as personagens, a falsificação da arte e a má assimilação do modelo naturalista francês foram alguns dos principais argumentos utilizados pela crítica para depreciar esse estilo literário do final do século XIX. O Naturalismo no nosso país, no entanto, foi avaliado quase exclusivamente pela perspectiva das obras e da crítica literária. O nosso objetivo, portanto, é construir um diálogo a partir do olhar não apenas dos críticos, mas também dos próprios romancistas acerca da estética naturalista. Para analisarmos o ponto de vista desses escritores, tomaremos como base fontes primárias, como os prefácios que esses ficcionistas escreveram para suas próprias obras e os artigos jornalísticos que publicaram em periódicos que circularam pelas mais diversas províncias do território brasileiro. Sobre a instância da crítica, consideraremos sobretudo os julgamentos de José Veríssimo, Sílvio Romero e Araripe Júnior, pois foram esses os principais críticos que escreveram sobre o nosso Naturalismo durante sua vigência. Assim, poderemos oferecer não apenas uma reflexão, mas também uma visão mais ampla acerca desse período literário que teve grande repercussão no nosso país entre os leitores, os críticos e os romancistas.

**Palavras-chave:** Naturalismo. Crítica literária. Romance naturalista.

*É curioso que a crítica literária tenha se empenhado tanto (e durante tanto tempo) em descobrir suas certezas deterministas e afiliações filosóficas com teorias racistas importadas de uma Europa que, na segunda metade do século XIX, exultava na fé no progresso e na arrogância imperialistas. Não se trata de dizer que o cientificismo frio e duro não estava lá, mas de se perguntar se havia algo mais ali. Não seria o cientificismo e o determinismo um verniz que encobria outras configurações narrativas mais importantes?*

(Leonardo Mendes)

*Não nos consta, neste obscuro cantinho do Brasil, que no mundo literário tenha ficado assentado, de modo a não admitir dúvidas nem discussões, o que seja o naturalismo. Não quero dizer que aqui confundamos o naturalismo com o romantismo, por exemplo. Sabemos que como este, ele é um produto natural da evolução das formas literárias e que assim como o romantismo foi uma reação*

*contra o classicismo, assim o naturalismo foi uma reação contra o romantismo.*

(José Veríssimo)

### **Para início de conversa...**

O Naturalismo no Brasil foi um movimento estético-literário relegado a um lugar periférico no âmbito da História da literatura brasileira (MENDES, 2000, 2006, 2008). Um das razões que contribuiu para que o Naturalismo goze atualmente dessa posição marginal deveu-se, sobretudo, à instância da crítica literária.

Se verificarmos alguns compêndios de história da nossa literatura, perceberemos que as críticas destinadas ao movimento naturalista são as mais diversas possíveis. José Veríssimo (1998), Nelson Werneck Sodré (2002) e Lúcia Miguel Pereira (1988), por exemplo, são alguns dos nossos historiadores que, de modo geral, não teceram elogios aos romancistas nem às obras naturalistas. Eis, a saber, algumas censuras que esses estudiosos da nossa literatura dirigiram a esse movimento estético-literário do final do século XIX:

- a descrição minuciosa de cenas de obscenidades no enredo das obras (literatura torpe ou pornográfica) (VERÍSSIMO, 1998);
- a reprodução fiel ou má assimilação do modelo naturalista francês (sobretudo a respeito de Émile Zola) (VERÍSSIMO, 1998; SODRÉ, 2002; PEREIRA, 1988);
- a inexpressão de temas locais ou de peculiaridades do Brasil que garantissem a nacionalidade da literatura brasileira (VERÍSSIMO, 1998);
- a ausência de verossimilhança e de densidade literária na economia dos romances (VERÍSSIMO, 1998);
- o atraso acentuado em relação à manifestação do Naturalismo na Europa (VERÍSSIMO, 1998; SODRÉ, 2002; PEREIRA, 1988);
- a continuidade do Romantismo, apenas disfarçado com cenas realistas (SODRÉ, 2002; PEREIRA, 1988);

- a falsificação da arte (VERÍSSIMO, 1998).

O Naturalismo no nosso país, no entanto, foi avaliado quase exclusivamente pela perspectiva das obras e da crítica literária. O nosso objetivo, portanto, é construir um diálogo a partir do olhar não apenas dos críticos, mas também dos próprios romancistas acerca da estética naturalista, com o intuito de observarmos pontos convergentes e divergentes.

Desde os primeiros compêndios de história da literatura brasileira até os mais atuais, o Naturalismo recebeu as mais severas críticas, mas, para este trabalho, objetivamos analisar o discurso da crítica coetânea ao movimento em questão. Para tanto, consideraremos as apreciações de Sílvio Romero (1851-1914), José Veríssimo (1857-1916) e Araripe Júnior (1848-1911), pois acreditamos que esses três intelectuais oitocentistas presenciaram o momento em que o Naturalismo estava ainda se desenvolvendo e, por essa razão, apresentam uma visão menos generalizadora, pontual e simplificada a respeito desse estilo de época.

Para analisarmos o ponto de vista dos romancistas a respeito do movimento naturalista, tomaremos como base fontes primárias, como os prefácios que esses ficcionistas escreveram para suas próprias obras e os artigos jornalísticos que publicaram em periódicos que circularam pelas mais diversas províncias do território brasileiro. Tomaremos como base para este trabalho apenas o discurso de Júlio Ribeiro (1845-1890), Adolfo Caminha (1867-1897) e Marques de Carvalho (1866-1910), pois esses três romancistas envolveram-se em diversas polêmicas em relação ao movimento naturalista.

A partir do discurso não apenas dos críticos, mas também dos próprios escritores pertencentes ao Naturalismo, poderemos, portanto, oferecer não apenas uma reflexão, mas também uma visão mais ampla acerca desse período literário que teve grande repercussão no nosso país entre os leitores, os críticos e os romancistas.

Primeiramente, neste trabalho, vamos ao discurso dos detratores do Naturalismo (a crítica literária) e, em seguida, ao dos defensores (os próprios romancistas).

## 1. Os detratores do Naturalismo: os críticos literários

Partindo do conceito do termo “naturalismo”, Sílvio Romero afirma que essa palavra foi utilizada mais para marcar uma diferença e uma oposição frente ao Romantismo (ROMERO, 1978). Desse modo, qualquer movimento literário que tenha como objetivo contrapor-se ao movimento romântico, por mais que se diversifique em alguns pontos acessórios, podem muito bem ser abrigado sob a palavra “naturalismo” (ROMERO, 1978).

Do mesmo modo que Sílvio Romero, José Veríssimo afirma que o termo “naturalismo” não tem um significado preciso que não suscite algumas questões e inúmeros debates (VERÍSSIMO, 1978). Nas duas últimas décadas do século XIX, esse vocábulo passou a ser empregado pelos escritores e críticos literários mais para estabelecer uma contraposição ao Romantismo do que necessariamente para preconizar uma nova forma de conceber e fazer literatura (VERÍSSIMO, 1978).

A partir do discurso de José Veríssimo e Sílvio Romero, podemos perceber que o Naturalismo no Brasil não era um movimento estético-literário pronto e acabado, com preceitos precisos e bem delimitados, assim como é fácil observarmos nos compêndios de história da literatura brasileira. Segundo os críticos, o Naturalismo foi defendido mais para ser instituído como um movimento pós- e antirromântico.

Se considerarmos a recepção dos romances naturalistas brasileiros, perceberemos que os críticos literários não foram, de modo geral, favoráveis a essas obras. Sílvio Romero, por exemplo, destaca que o Naturalismo não obteve êxito no Brasil, pois aos adeptos desse movimento estético-literário não cabe o mérito da fundação da doutrina, assim como a imitação do modelo estrangeiro não foi feita de maneira habilidosa (ROMERO, 1978).

Outro aspecto da crítica de Sílvio Romero está relacionado ao fato de que os escritores no Brasil prenderam-se única e exclusivamente ao Naturalismo de Émile Zola (1840-1902), criado a partir de uma leitura equivocada da *Introdução ao estudo da fisiologia experimental* (1865), de Claude Bernard (1813-1878) (ROMERO, 1978). É

por essa razão que o crítico ressentia-se pela ausência de uma doutrina naturalista mais promissora, mais frutífera e mais ampla.

José Veríssimo, por sua vez, defende que o Naturalismo no Brasil foi importado da França e implantado no país sem nenhuma modificação que lhe outorgasse uma particularidade que lhe afiançasse uma legitimidade brasileira (VERÍSSIMO, 1998). Nesse sentido, o Naturalismo é desqualificado por Veríssimo, pois não apenas se manteve alheio a outras formas de Naturalismo, como também não passou de uma imitação única e exclusiva do modelo naturalista francês.

Veríssimo afirma ainda que o Naturalismo no Brasil não se remete necessariamente ao modelo francês como um todo, mas para ser mais específico à figura de um único escritor adepto do movimento: Émile Zola, cuja maior visibilidade deve-se, sobretudo, à repercussão de seus textos na imprensa jornalística no século XIX, não apenas na França, como também no Brasil (VERÍSSIMO, 1978). Veríssimo enfatiza, portanto, que o Naturalismo, ao contrário do modo como foi pensado no Brasil, não foi representado apenas por Émile Zola, mas também por outros escritores, como os irmãos Edmond (1822-1896) e Jules (1830-1870) de Goncourt, Guy de Maupassant (1850-1893) e Jons-Karl Huysmans (1848-1907).

Além de denunciar a obsessão dos escritores brasileiros pelo Naturalismo de Zola, José Veríssimo critica o caráter torpe ou pornográfico dos romances naturalistas no Brasil, responsáveis pela banalização da arte, pela linguagem considerada pouco literária e pela descrição minuciosa das cenas mais vulgares (VERÍSSIMO, 1998).

Opondo-se completamente aos pontos de vista Sílvio Romero e José Veríssimo, Araripe Júnior, por sua vez, rebate a acusação de que o Naturalismo brasileiro é uma mera cópia da doutrina zolista (ARARIPE JÚNIOR, 1978). Para realizar tal feito, o crítico parte de dois fenômenos: o da obnubilação (esquecimento) e o da aclimatação (adaptação). Tomando, portanto, como base esses dois fenômenos, Araripe Júnior assegura que o Naturalismo europeu (o correto), ao ser importado para o Brasil e ao se encontrar distante de seu lugar de origem, não poderia jamais permanecer o mesmo, pois em solo brasileiro encontraria um país e uma sociedade diferentes e, por essa razão, transformar-se-ia inevitavelmente em outro Naturalismo (o errado) (ARARIPE

JÚNIOR, 1978). Para o crítico, entretanto, a incorreção, nessas condições, converte-se em qualidade. Desse modo, escritores como Aluísio de Azevedo, por exemplo, souberam adaptar satisfatoriamente para suas obras o Naturalismo europeu ao estilo tropical e ao exotismo do Brasil e da sociedade brasileira (ARARIPE JÚNIOR, 1978).

Nesse sentido, podemos perceber que Araripe Júnior foi o primeiro crítico a enxergar o movimento naturalista brasileiro além de uma mera reprodução do modelo francês, diferentemente do que a maioria dos críticos e/ou historiadores da nossa literatura tem promulgado, como Sílvio Romero (1978), José Veríssimo (1978), Lúcia Miguel Pereira (1988) e Nelson Werneck Sodré (2002). Para Araripe Júnior, o Naturalismo no Brasil, embora tenha sido importado da Europa (sobretudo da França), sofreu adaptações ao ser confrontado com a realidade social e política do país, fato que, por si só, já o legitima como um estilo de época diferente do da matriz.

## 2. Os defensores do Naturalismo: os romancistas

Em meio a tantas críticas, como as de Sílvio Romero e José Veríssimo, os escritores naturalistas, em geral, se utilizavam de alguns suportes para materializar um discurso em defesa do movimento ao qual se vincularam, como os jornais e os prefácios de suas próprias obras. Muitas vezes, esses escritores recorreram à autoridade de Émile Zola para legitimarem o próprio discurso.

Júlio Ribeiro, por exemplo, escreveu o prólogo de seu romance *A Carne*, publicado pela primeira vez em 1888, em forma epistolar e em língua francesa. Como toda carta é endereçada a alguém (o destinatário), o romancista foi audacioso ao destiná-la a ninguém menos que o próprio Émile Zola. Nesse pequeno preâmbulo, Júlio Ribeiro afirma que os escritores adeptos do Naturalismo no Brasil não pretendem imitar os passos do escritor francês, visto que o que sentem, na verdade, por Zola é apenas admiração.

Je ne suis pas téméraire, je n'ai pas la prétention de suivre vos traces; ce n'est pas prétendre suivre vos traces que d'écrire une pauvre étude tant soit peu naturaliste. On ne vous imite pas, on vous admire. (RIBEIRO, 1972, p. 21)

Outro romancista brasileiro que requisitou a autoridade de Zola foi Adolfo Caminha. Em suas *Cartas Literárias*, publicadas em livro pela primeira vez em 1895, o romancista, em carta destinada ao redator do jornal *Gazeta de Notícias*, requisitou a autoridade do escritor francês para defender o romance *A normalista*, publicado pela primeira vez em 1893, da acusação de apresentar cenas libidinosas.

Sou contra a libidinagem literária e não perdoaria nunca o escritor que me viesse, por amor do escândalo, descrever cenas imorais, episódios eróticos a título de naturalismo.

Mas, vamos: é preciso não confundir a verdade flagrante e necessária, reproduzida naturalmente, sem intuítos dissolventes, com a patifaria rasa, que dói nos ouvidos e faz saltar o sangue à face da burguesia.

Zola, por maior que seja o número de seus inimigos, não é um romancista imoral. (CAMINHA, 1895, p. 81-82)

*A normalista* não foi o único romance de Adolfo Caminha a sofrer censuras, pois *Bom-Crioulo* também foi vítima de repreensões, sobretudo por apresentar um protagonista homossexual. A partir da associação entre autor e obra, Caminha, depois de ter sido considerado libidinoso, também foi acusado pela crítica de compartilhar os mesmos desejos de seu personagem Amaro, o protagonista do romance *Bom-Crioulo*, que sente atração pelo grumete Aleixo, um belo marinheiro de quinze anos de idade e de olhos azuis (CAMINHA, 1896). Em sua defesa, Caminha afirma que Gustave Flaubert, Émile Zola e Eça de Queirós, embora escrevessem romances com temáticas consideradas imorais, não praticavam incestos nem adultérios monstruosos. Nesse sentido, o romancista afirma que, embora tenha composto um romance em que o personagem principal é homossexual, isso não significa que ele também sentisse o mesmo desejo de deitar-se com outro homem (CAMINHA, 1896). Caminha explica que seu interesse pela homossexualidade masculina era resultado de suas experiências como jovem oficial da Marinha brasileira na penúltima década do século XIX, quando passou onze meses viajando pelas Antilhas até chegar aos Estados Unidos (CAMINHA, 1896).

Além de Júlio Ribeiro e Adolfo Caminha, Marques de Carvalho foi outro escritor que levantou a bandeira do Naturalismo. No prefácio do romance em folhetim “O pajé”, publicado em 1887 no jornal paraense *A República*, Marques de Carvalho afirma que cortou seus laços com o Romantismo para se filiar ao Naturalismo, movimento estético-literário em ascensão nas duas últimas décadas do século XIX.

É *O Pajé* o primeiro trabalho de seu gênero escrito por um paraense: cabe-me essa glória, tenho a máxima honra em reclamá-la. Desejei fazer um romance que fosse simplesmente um estudo físico-psicológico desse personagem astucioso e hipócrita que é o terror dos espíritos fanáticos do povo de minha província; para isso, alienei-me da velha escola romântica, desprezei-lhe os abusos e prolixidades, para deixar-me levar pela grande orientação literária da nossa época. (CARVALHO, *A República*, 18 jan. 1887, p. 3)

Para o autor paraense, os romances românticos, já no final do período oitocentista, apresentavam abusos e prolixidades, pois ofereciam temáticas muito recorrentes e descrições extenuantes, repletas de adjetivos. É por essa razão que Marques de Carvalho inclina-se pelo novo movimento literário que entrava em voga – o Naturalismo. No texto introdutório, fica evidente que o escritor vangloria-se por acreditar que escreveu uma obra inovadora, que foge às fórmulas e às receitas literárias, muito utilizadas por romancistas românticos.

No jornal *A Arena* do dia 9 de junho de 1887, Marques de Carvalho publicou a primeira parte de um ensaio crítico intitulado “Da crítica literária”, no qual se demonstra inconformado e ressentido com os poucos trabalhos de crítica literária que têm sido publicados na imprensa periódica no estado do Pará no século XIX. Segundo o escritor paraense, para que os trabalhos críticos no estado do Pará tenham efeitos benéficos, é necessária a vinculação dos intelectuais paraenses ao movimento-estético naturalista. Nesse ensaio, Marques de Carvalho, por exemplo, lamenta que eram poucos os jovens conterrâneos que estavam capacitados a satisfazer as cobranças da crítica moderna, pois ainda se mantinham afiliados ao Romantismo nas duas últimas décadas do século XIX, quando nesse período aflorava o Naturalismo – “a escola literária dos documentos humanos”.



Bem poucos são os moços paraenses habilitados para a satisfação das exigências da crítica moderna. Vivendo num meio literário tão acanhado como o Pará, sem poderem dispor de boas bibliotecas onde se orientem do rumo da literatura contemporânea, vêm-se forçados a uma vegetação intelectual deveras lastimável, tanto mais quanto possuem talento e não lhes falta vontade para o trabalho. Alguns poucos já conseguiram desembaraçar-se das peias do Romantismo, seguindo, sem olhar atrás, para a escola moderna, – que, mais tarde se há de impor fatal e irresistivelmente a todos, em virtude da lei eterna da evolução; – outros, porém, – o maior número, – caminham às cegas, vivendo a vida romântica dos atletas de 1830, sem que lhes passe pela mente a lembrança de que o Naturalismo abrirá a nós, moços de hoje, as portas do século XX, com essa grande chave que se chama – *a escola literária dos documentos humanos!*

Os poucos de que falei acima, e que são perseguidos sem dó pelos demais, sofreram uma guerra surda, lenta, que no futuro terminará, por certo, mas que presentemente assume as proporções de uma verdadeira perseguição sistemática e injusta. (CARVALHO, *A Arena*, 09 jun. 1887, p. 8)

Percebemos que Marques de Carvalho defende que muitos jovens conterrâneos ainda se mantinham vinculados ao Romantismo por desconhecerem a direção que a literatura daquele tempo estava seguindo e, por essa razão, não sabiam da existência do mais novo movimento estético-literário que, de acordo com o escritor paraense, abriria as portas do século XX, pois ignoram as obras dos principais escritores que influenciaram direta ou indiretamente a instituição do Naturalismo e sua difusão pelo mundo.

Na segunda parte de seu ensaio crítico, publicado no dia 19 de junho de 1887, Marques de Carvalho demonstra sua admiração por Émile Zola. Por acreditar que o movimento naturalista é a mais promissora orientação literária do final do século XIX, o escritor paraense exalta a figura de Zola como um talentoso escritor e defende convictamente que o Naturalismo é resultado da Evolução e a única forma pela qual a literatura contemporânea poderia atender às exigências dos leitores e dos críticos de seu tempo.

A minha inabalável admiração pela escola naturalista em literatura não é só o produto do encantamento em que vivo pelo enorme talento

de Émile Zola. É também, e principalmente, porque depois de um longo e profundo inquérito sobre as passadas frases da literatura, cheguei à convicção de que o Naturalismo era, nesta época, uma fatal resultante da Evolução, e a única forma por que a literatura contemporânea poderia satisfazer as exigências do público e da crítica atuais.

Não é sistema, não: é uma opinião arraigada, que já lançou longas raízes, empolgando todo a meu espírito. (CARVALHO, *A Arena*, 19 jun. 1887, p. 4)

A partir do prefácio do romance “O pajé”, divulgado no jornal *A República*, e do ensaio crítico “Da crítica literária”, publicado no periódico *A Arena*, compreendemos que o Naturalismo foi o movimento literário que Marques de Carvalho adotou, defendeu e compartilhou durante sua carreira de escritor.

### 3. Para encerrarmos o assunto?

Percebemos, portanto, que, no final do século XIX, havia um debate efervescente acerca do mais novo movimento literário pós- e antirromântico. De um lado, havia os defensores, os próprios romancistas, que se esforçavam para defender e promover o Naturalismo no Brasil. Do outro, havia os detratores, os críticos literários, que não desculpavam as obscenidades e a linguagem considerada inadequada nas obras de cunho naturalista.

Não apenas para defender, como também para detratar o Naturalismo no Brasil, o nome de Émile Zola é muito recorrente nos textos tanto dos escritores naturalistas quanto dos críticos literários. Desse modo, podemos afirmar que Zola, embora não seja o único responsável pela formulação da doutrina naturalista, foi uma das figuras mais importantes a representá-la e, conseqüentemente, a disseminá-la pelo mundo. Seus textos críticos influenciaram sobremaneira a ficção naturalista brasileira. Zola era, portanto, a voz autorizada na qual alguns romancistas brasileiros do final do século XIX se apoiavam para justificar, por exemplo, as cenas consideradas abomináveis contidas nos romances escritos à maneira zolista.

Apesar de ter sido rechaçado pela crítica tradicionalista, o Naturalismo foi um período de intensa produção literária. Vários romances pertencentes a esse modelo estético foram escritos, muitos romancistas adotaram e defenderam o movimento naturalista no Brasil e alguns leitores consumiram e continuam consumindo as obras produzidas por esses escritores. Prova disso é que até hoje romances referentes a esse modelo estético são reeditados, como *O Mulato* (1881), *Casa de Pensão* (1884) e *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo; *A Normalista* (1893) e *Bom-Crioulo* (1895), de Adolfo Caminha; e *O Missionário* (1891), de Inglês de Sousa.

## Referências

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Estilo tropical: a fórmula do naturalismo brasileiro*. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

CAMINHA, Adolfo. **Cartas literárias**. Rio de Janeiro, 1895.

\_\_\_\_\_. Um livro condenado. **A Nova Revista**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 40-42, 1896.

CARVALHO, João Marques de. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. O pajé. **A República**, Belém, 18 jan. 1887, p. 3.

\_\_\_\_\_. Da crítica literária. **A Arena**, Belém, [01] 09 jun. 1887, p. 7-8, [02] 19 jun. 1887, p. 4.

MENDES, Leonardo. **O retrato do imperador: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

\_\_\_\_\_. As qualidades da incorreção: o romance naturalista no Brasil. In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (Orgs.). **Crítica e movimentos do campo literário: Configurações discursivas do campo literário**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. O romance republicano: naturalismo e alteridade no Brasil, 1880-90. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 24, p. 189-207, 2008.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira: prosa de ficção (de 1870 a 1920)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ROMERO, Sílvia. A literatura em perspectiva. In: CANDIDO, Antonio (Org.). **Sílvia Romero**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

RIBEIRO, Júlio. **A Carne**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1972.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

VERÍSSIMO, José. O romance naturalista no Brasil. In: BARBOSA, João Alexandre (Org.). **José Veríssimo**: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

\_\_\_\_\_. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). São Paulo: Letras & Letras, 1998, p. 348.